

Itamar Vieira Junior e a representação do trabalho escravo em *Torto Arado*

Itamar Vieira Junior and the representation of slave labor in *Torto Arado*

Ligiane Santos da Silva¹

Cristina Prates²

Recebido em 19 de dezembro de 2025.

Aprovado em 03 de fevereiro de 2026.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a obra *Torto Arado*, do escritor Itamar Vieira Junior (2004), evidenciando as simetrias existentes entre ficção e realidade, a partir da temática do trabalho escravo contemporâneo ainda presente, sobretudo nas regiões rurais do país. A obra revisita o Brasil profundo e funciona como um instrumento de revisão da historiografia nacional, ao mesmo tempo em que evidencia a urgência da temática da exploração laboral no contexto atual. Além disso, confere aos protagonistas a função de representar a resistência e a religiosidade de povos quilombolas, herdeiros dos africanos escravizados e historicamente subalternizados. Ao demonstrar a situação do trabalhador rural na luta pela conquista de seu território, Itamar Vieira Junior destaca a importância das tradições e da religiosidade como formas de resistência contra a oligarquia rural e o patriarcado, enfatizando o papel das mulheres nessa luta.

Palavras-chave: *Torto Arado*. Brasil Profundo. Comunidade Quilombola. Contracolonialidade. Trabalho Escravo Contemporâneo.

ABSTRACT

This article analyzes the novel *Torto Arado* by Itamar Vieira Junior, highlighting the parallels between fiction and reality through the theme of contemporary forms of slave labor, still present particularly in rural areas of Brazil. The novel revisits what is often called “deep Brazil” and functions as a lens for reexamining national historiography, while also emphasizing the urgency of confronting ongoing labor exploitation in the present. Furthermore, the narrative assigns its protagonists the role of representing the resistance and religiosity of quilombola communities, descendants of enslaved Africans who have historically faced marginalization. By portraying the struggles of rural workers in their efforts to reclaim land and autonomy, Vieira Junior underscores the importance of cultural traditions and religious practices as forms of resistance against rural oligarchic structures and patriarchal domination. In this context, the novel also highlights the central role of women in sustaining and leading these struggles.

Keywords: *Torto Arado*. Rural Brazil. *Quilombola* Community. Anti-Colonialism. Modern Slavery.

¹ Licenciada em Letras Português-Literatura pela Universidade Veiga de Almeida. E-mail: ligianesantos1995@gmail.com.

² Professora do Curso de Letras da Universidade Veiga de Almeida. E-mail: maria.cristina@uva.br.

INTRODUÇÃO

No romance *Torto Arado* (2024), o escritor baiano Itamar Vieira Júnior utiliza tanto referências familiares quanto experiências profissionais e existenciais adquiridas como funcionário público do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), no interior do país, sobretudo na Chapada Diamantina, no estado da Bahia, que serve como cenário do livro. Tematicamente, a narrativa explora a questão da escravização, desde os tempos coloniais até a contemporaneidade, explicitando a luta contra a exploração e o autoritarismo que ainda ocorrem no Brasil profundo, com sua população de quilombolas, indígenas e sem-terra, território ainda pouco conhecido pela maioria dos brasileiros, conforme comenta o autor (Junior, 2023, p. 4):

O Brasil não se conhece mesmo. Você precisa pôr o pé na estrada e trilhar muitos e muitos quilômetros para encontrar coisas que a gente até duvida. Como eu cresci na periferia, essas dificuldades econômicas e sociais sempre marcaram o meu cotidiano. O que me assusta não é nem a pobreza, nem o estado de indigência, porque isso sempre existiu. Me assusta que as pessoas simplesmente ignoram tudo aquilo. As pessoas não conseguem nem olhar para o que está ao seu lado, então fingem que esse Brasil não existe, que essas pessoas não são dignas de um texto literário.

A família central do livro inicia-se com a juventude de Donana, mulher escravizada, e acompanha quatro gerações até o início dos anos 2000, com as irmãs Bibiana e Belonísia, personagens centrais do romance, além de seus filhos e netos. Através da narrativa, é possível conhecer a cosmopercepção dos personagens sobre a terra e suas crenças a partir da voz negra, feminina e quilombola, tão presente nesse texto e na obra do autor baiano.

Ao longo dessas gerações, ocorre uma mudança de pensamento e postura em relação ao contexto em que vivem, passando da naturalização daquela vida de escravização para a indignação e o questionamento, elucidações que cobram um alto preço na vida de tais personagens, pois sair do lugar de passividade e aceitação e partir para o comportamento de reivindicação e luta incomoda profundamente quem se beneficia do sistema de exploração.

Destaca-se também na obra a importância da religiosidade como fator de união das comunidades quilombolas, religiosidade representada pelo jarê, religião de matriz africana existente somente na Chapada Diamantina (Bannagia, 2017), que contará com a entidade Santa Rita Pescadeira, em sua luta contra o capitalismo selvagem dos fazendeiros.

BRASIL PROFUNDO: A ECONOMIA OLIGÁRQUICA E A EXPLORAÇÃO DO TRABALHADOR RURAL

A partir da escrita de *Torto Arado*, obra que oferece espaço e protagonismo às mulheres negras quilombolas e relata a vida de sujeitos em situação de exploração, Itamar Vieira Junior dá voz ao sofrimento, ao reconhecimento e à luta de existências por muito tempo silenciadas, como elucida o autor: “Em meio à língua cortada, às fugas, casamentos, trabalhos, Bibiana e Belonísia desejam, no fundo, liberdade e dignidade. Exatamente as mesmas buscas que viveram seus antepassados.” (Junior, 2023).

Ao acompanhar a descrição de situações como nascimento, mortalidade infantil, alimentação, ausência de direitos básicos, como saúde e educação, e a dinâmica de poder e exploração a que os personagens são submetidos, é possível compreender a intenção do autor de retomar a historicidade nacional e contá-la por um viés pouco conhecido, o dos povos subalternizados, utilizando sua produção literária como ferramenta de denúncia e porta de entrada para temas dolorosos que ainda estão longe de sua resolução, como o trabalho escravo na contemporaneidade e seu percurso até o presente.

Durante as duas primeiras partes da narrativa, as irmãs Bibiana e Belonísia relatam situações vividas por elas e pela geração de seus pais, Zeca Chapéu Grande e Salustiana, e de sua avó Donana. A terceira e última parte é narrada por Santa Rita Pescadeira, entidade do jarê, a encantada que relata o sofrimento dos ancestrais escravizados.

Ao descrever o nascimento de seu pai Zeca Chapéu Grande, filho de Donana, Belonísia evidencia o nível da violenta exploração vivida por seus antepassados mesmo após decorrido muito tempo da promulgação da Lei nº 3.353, conhecida como Lei Áurea, que tornou ilegal o trabalho escravo no Brasil.

Conforme o autor Junior (2024 p.158):

Meu pai havia nascido quase trinta anos após declararem os negros escravos livres, mas ainda cativo dos descendentes dos senhores de seus avós. Minha avó, Donana, havia dado à luz ao filho José Alcino em meio a uma plantação de cana na Fazenda Caxangá. Ele nasceu no meio de um charco, porque não haviam permitido que sua mãe deixasse de trabalhar naquele dia. Meu pai veio ao mundo cercado das mulheres que, assim como minha avó, cortavam apressadas a cana sob a vigilância dos capatazes da fazenda.

A representação literária de vidas subalternizadas e inferiorizadas na contemporaneidade demonstra como o tempo não foi capaz de desfazer os mais de 300

anos de construção de um ideal colonial, branco e explorador, que naturalizou as relações de poder. O negro, no período colonial, que havia sido uma ameaça, um pecado e uma justificativa para a exploração, torna-se, na modernidade, o homem pobre, descendente de escravizados, destituído de humanização, um ser reificado como aquilo que atrapalha o progresso.

Nas palavras de Costa (2010, p. 116):

(...) a escravidão colonial estabeleceu no Brasil um modo de produção que se sustenta na desumanização do outro. Criou-se, desse modo, um padrão cultural de comportamento, norteador das relações de trabalho hierárquicas baseado na desumanização. É esse fenômeno que torna viável a submissão dos considerados não humanos a condições degradantes de trabalho. Se no período colonial o “outro” destituído de humanidade era o negro africano, atualmente o “outro” a ser desumanizado é, preferencialmente, o pobre, muitas vezes, descendente dos escravos coloniais.

Com o fim da exploração legalizada de pessoas escravizadas, muitos se viram obrigados a seguir na dinâmica de servidão, situação bem explorada em Torto Arado, já que não bastava a liberdade, pois, sem espaço para produzir seu meio de sustento e de sobrevivência, muitos trabalhadores considerados livres se renderam ao processo de migrar para fazendas em busca de trabalho, comida e lugar para residir, cujas condições eram, e muitas ainda continuam sendo, desumanas, como, por exemplo, não terem direito a moradias de alvenaria, a salário ou a folgas, apenas à comida no prato e a uma roça pequena, o que, segundo Zeca Chapéu Grande, ainda era bem melhor do que no passado, quando “não podia ter roça, não havia casa, todos se amontoavam no mesmo espaço, no mesmo barracão”:

Conforme o autor Junior (2024, p. 37):

O gerente queria trazer gente que trabalhe muito e que não tenha medo de trabalho, nas palavras de meu pai, para dar seu suor na plantação. Podia construir casa de barro, nada de alvenaria, nada que demarcasse o tempo de presença das famílias na terra. Podia colocar roça pequena para ter abóbora, feijão, quiabo, nada que desviasse da necessidade de trabalhar para o dono da fazenda, afinal, era para isso que se permitia a morada. Podia trazer mulher e filhos, melhor assim, porque quando eles crescessem substituiriam os mais velhos. Seria gente de estima, conhecida, afilhados do fazendeiro. Dinheiro não tinha, mas tinha comida no prato. Poderia ficar naquelas paragens, sossegado, sem ser importunado, bastava obedecer às ordens que lhe eram dadas. *Vi meu pai dizer para meu tio que no tempo de seus avós era pior, não podia ter roça, não havia casa, todos se amontoavam no mesmo espaço, no mesmo barracão.* (grifos nossos).

No intuito de combater a exploração do trabalhador no Brasil, criou-se o art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Brasil, 2023), cujo texto se refere

diretamente à proibição do trabalho análogo à escravidão, dispositivo do Código Penal que foi atualizado em 2003, pela Lei nº 10.803/2003, com o objetivo de apresentar com maior precisão aos juízes criminais as condições que reduzem a vítima à condição análoga à de escravo, conforme se apresenta atualmente:

Art. 1º O art. 149 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I – contra criança ou adolescente;

II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem." (NR) Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Segundo a antropóloga Patrícia Trindade Maranhão Costa (Costa, 2010), vários termos são empregados para designar, no Brasil, o trabalho forçado, sendo o mais utilizado o “trabalho escravo”, ou seja, a escravidão contemporânea brasileira que “afeta principalmente o trabalhador no meio rural, em diferentes atividades ligadas à pecuária, às lavouras de algodão, milho, soja, arroz, feijão, café, à extração do látex e de madeira, à criação de porcos e à produção de carvão” (Costa, 2010, p. 33), sendo possível encontrar, na atualidade, diversos registros sobre o resgate desses trabalhadores rurais em situação de exploração.

O conceito de trabalho análogo à escravidão, ou, como Itamar Vieira Junior insiste em frisar, trabalho escravo, é uma questão estrutural em uma sociedade que se desenvolveu a partir da exploração da mão de obra escrava e que ainda normaliza situações degradantes de trabalho que violam a dignidade humana e apresentam jornadas de ocupação prolongadas, sem remuneração ou condições de serviço adequadas, o que gera consequências físicas e emocionais aos indivíduos que muitas vezes se veem sem opção por dívidas adquiridas, necessidade ou desconhecimento e acabam inseridos nessa dinâmica abusiva.

COMUNIDADES QUILOMBOLAS E A BUSCA DO TERRITÓRIO

Esses indivíduos legalmente libertos, mas que permaneceram em uma vida de servidão, principalmente os que vivem nas regiões rurais, carregam consigo o conhecimento de seus ancestrais ou a cosmo percepção de uma herança afro-ameríndia de viver e extrair meios de sustento do ambiente. Essa maneira de se relacionar com a coletividade, com suas crenças e com a dinâmica da natureza é o que o filósofo, escritor e líder quilombola piauiense Antônio Bispo dos Santos, ou Nego Bispo (1959-2023), chama de “conhecimento orgânico”, prático (Santos, 2019, p. 7), diferente do saber sintético, acadêmico ou, como Bispo denomina, “o saber do ter” (Santos, 2019, p. 5), desenvolvido pelos colonizadores e pelo pensamento eurocêntrico.

Não raras vezes, Bispo questiona a pretensa superioridade dos saberes coloniais, elitistas e acadêmicos em detrimento dos conhecimentos dos colonizados, dos afro-indígenas, das populações quilombolas, dos operários e das populações ribeirinhas, como se pode observar no fragmento abaixo, retirado de seu livro *A terra dá, a terra quer* (Santos, 2023, p. 10):

Quando cheguei à cidade, percebi que era preciso pagar para fazer a casa, pagar pelo terreno, pagar por tudo. Quando o saber é transformado em mercadoria e hierarquizado, qual é a medida que justifica um servente ganhar menos do que um pedreiro? Ou um engenheiro ganhar mais do que um pedreiro, se o engenheiro só sabe desenhar e ninguém mora dentro de desenhos? Se quem faz a casa é o pedreiro e é na casa que se mora, o engenheiro não deveria receber nada. O engenheiro não deveria ter salário, ele deveria ser pedreiro. Para nós, a profissão de engenheiro é desnecessária, ela só existe na lógica de uma sociedade eurocristã monoteísta.

Esse saber orgânico (Santos, 2019), herdado pelos descendentes de povos escravizados, também é relatado na obra de Itamar Vieira Junior, quando, em diversos momentos, mostra como o povo negro quilombola que mora em Água Negra possui uma relação de proximidade com a terra, com demonstrações de muito respeito, cuidado e intimidade, como, por exemplo, Zeca Chapéu Grande, que sabia onde e quando plantar ou colher e conseguia cuidar da terra como um médico cuida de um paciente, conhecimento que passou aos seus filhos, como observa Belonísia:

Conforme o autor Junior (2024, p. 93-94):

Meu pai não tinha letra, nem matemática, mas conhecia as fases da lua. Sabia que na lua cheia se planta quase tudo; que mandioca, banana e frutas gostam de plantio na lua nova; que na lua minguante não se planta nada, só se faz capina e coivara. Sabia que para um pé crescer forte tinha que se fazer a limpeza todos os

dias, para que não surgisse praga. Precisava apurar ao redor do caule de qualquer planta, fazendo montículos de terra. Precisava aguar da mesma forma, para que crescesse forte. *Meu pai, quando encontrava um problema na roça, se deitava sobre a terra com o ouvido voltado para seu interior, para decidir o que usar, o que fazer, onde avançar, onde recuar. Como um médico à procura do coração.* (grifos nossos).

O personagem Zeca Chapéu Grande, assim como seus ancestrais, seus filhos, familiares e amigos, vivia na fazenda Água Negra, onde colocava em prática todo o seu conhecimento sobre o cuidado e a produtividade da terra, que, para os quilombolas, constitui uma relação natural, sem necessidade de nomenclaturas, como fazem os colonizadores, que necessitam nomear tudo (Bispo, 2019, p. 7). Diferentemente, os quilombolas da fazenda Água Negra deixam-se guiar por sua cosmopercepção alinhada aos comportamentos de seus ancestrais.

Ao deixar a fazenda onde sua mãe Donana vivia, Zeca Chapéu Grande peregrinou com a ajuda dos encantados até encontrar a fazenda Água Negra, onde constituiu sua família e dedicou todos os seus anos restantes de conhecimento e força de trabalho. Em um trecho do livro, Belonísia revela mais detalhes sobre as dificuldades enfrentadas pela população que residia na fazenda e os únicos direitos que tinham ao habitar aquela terra, se é que é possível considerar como tal a residência de barro e a cova oferecida a partir do trabalho abusivo sem qualquer remuneração ou dignidade, trabalhando sem descanso naquela terra seca, onde se vivia como gado. Conforme Junior (2024, p. 121-122):

Se esvaía toda a coragem de que tentei me investir para viver naquela terra hostil de sol perene e chuva eventual, de maus tratos, onde gente morria sem assistência, onde vivíamos como gado, trabalhando sem ter nada em troca, nem mesmo o descanso, e as únicas coisas a que tínhamos direito era morar até quando os senhores quisessem e a cova que nos esperava fosse cavada na Viração, caso não deixássemos Água Negra.

Um excerto do livro *Salvar o Fogo* (2023), que é, de certa maneira, a continuação de *Torto Arado*, reforça a questão da dificuldade de se colocar em prática o “conhecimento orgânico”, ao qual se refere Nego Bispo (Bispo, 2019), já que os personagens se encontram limitados pelo poder dos latifundiários, voltados apenas para o lucro e para o ganho pessoal. A personagem Maria Cabocla, que também reside em Água Negra, retorna no livro *Salvar o Fogo* e relata como ela e sua família chegaram até lá, após uma intensa peregrinação por muitas terras, marcada pelo desespero da fome e pela necessidade de possuir um pedaço de terra para trabalhar, se alimentar e viver de maneira digna.

Nesse trecho do livro, o contexto é a região que se tornou cenário de *Torto Arado*, a Chapada Diamantina, e o narrador compara a busca pela pedra preciosa e pelo ouro, muito procurados naquele território no passado, com a sensação de, no presente, olhar para todos os lados, ver terra e não poder trabalhá-la ou habitá-la, o que se torna demasiadamente angustiante. Essa é a sensação experimentada pela família de Maria Cabocla e por muitas outras da narrativa: a terra está logo ali, mas ao mesmo tempo é tão inacessível quanto uma pedra preciosa, extremamente rara.

Segundo Junior (2023, p. 267):

Para aquele homem sem futuro, a terra era tão rara quanto o ouro que diziam existir a caminho da serra.; era ainda pior: o ouro não se via em todo canto; o metal não habitava o mundo de uma maneira tão ostensiva quanto a terra. Para a certeza da desgraça de sua gente, a terra não apenas estava em todo canto, em todo lugar; a terra era o canto, era o lugar, e sem esse chão não haveria vida para ninguém.

Ao aceitar a labuta na fazenda Água Negra, as famílias passam por um período de experiência e, ao serem definitivamente aceitas, logo são informadas de que podem viver naquele espaço em troca de trabalho sem pausa e em casas feitas de barro, que se desfazem com o tempo, o que exige constante trabalho, além de todas as funções já exercidas por esses indivíduos, para a construção de novas moradias em substituição às anteriores deterioradas.

A escravidão se modernizou e uma nova maneira de exploração se esconde na sujeição de pessoas que descendem de povos que eram legalmente cativos e que, com sua emancipação legal, não tinham, entretanto, para onde ir. Uma libertação sem planejamento, sem rumo e sem dignidade, o que se tornou um benefício para os colonizadores, que continuaram lucrando com o trabalho forçado, sem a escravidão propriamente dita, mas com pessoas que não tinham escolha e, em meio ao desespero e à fome, se sujeitavam a uma vida de exaustão, tão parecida com a de seus ancestrais, muitas vezes sem punição aos seus algozes, como resume, de forma contundente, a desumanização dos negros escravizados e de seus descendentes na contemporaneidade:

Segundo Junior (2024, p. 212):

Quando deram a liberdade aos negros, nosso abandono continuou. O povo vagou de terra em terra pedindo abrigo, passando fome, se sujeitando a trabalhar por nada. Se sujeitando a trabalhar por morada. A mesma escravidão de antes fantasiada de liberdade. Mas que liberdade? Não podíamos construir casa de alvenaria, não podíamos botar a roça que queríamos. Levavam o que podiam do nosso trabalho. Trabalhávamos de domingo a domingo sem receber um centavo.

O tempo que sobrava era para cuidar de nossas roças, porque senão não comíamos. Era homem na roça do senhor e mulher e filhos na roça de casa, nos quintais, para não morrerem de fome. Os homens foram se esgotando, morrendo de exaustão, cheios de problemas de saúde quando ficaram velhos.

Outro aspecto alinhado aos conceitos de trabalho escravo abordados na obra *Torto Arado* é a restrição à liberdade. Em uma das passagens, a personagem Bibiana conta seu estranhamento quando chegou pela primeira vez à vila: “Foi o primeiro lugar em que vi mais gente branca que preta. E vi como as pessoas nos olhavam com curiosidade, mas sem se aproximar” (2024, p. 18). Esse excerto deixa claro que, em geral, as pessoas brancas vistas pelos personagens eram apenas os próprios donos da fazenda ou poucos visitantes da cidade que participavam das brincadeiras de jarê, como o prefeito que, por gratidão à cura de seu filho, visitava os eventos religiosos em algumas ocasiões (Junior, 2024, p. 61), mas os personagens não se deslocavam com frequência, pois tinham sua liberdade vigiada.

Em outro trecho, Belonísia relata uma enchente e conta que a plantação foi quase toda perdida e, com isso, os moradores de Água Negra precisaram buscar uma forma de manter sua alimentação e decidiram pescar e vender os peixes na feira para comprar mantimentos. No entanto, não saíam para fazer essa venda de maneira desimpedida e precisavam, tanto no momento da pesca quanto na hora de sair da fazenda, agir sem que o gerente tivesse conhecimento: “O povo de Água Negra passou a seguir para a cidade antes de o sol raiar, sem conhecimento do gerente, se embrenhando pelas matas para não serem descobertos, na intenção de vender o peixe e comprar mantimentos” (Junior, 2024, p. 100).

Essa passagem da obra apresenta mais uma situação de desumanização dos sujeitos que vivem e trabalham na fazenda Água Negra, enquadrando-se naquela situação de trabalho análogo à escravidão, preconizada pela Lei nº 10.803, no que se refere à restrição da liberdade de locomoção (Brasil, 2003), pois o trabalhador é privado de seu direito de ir e vir.

Além dessa questão, outras situações vividas pelos personagens são características do trabalho escravo e ganham espaço ao longo da obra, mostrando a amplitude de questões e o empenho do escritor em abordar jornadas exaustivas, restrição à locomoção, vigilância constante do empregador e condições degradantes de trabalho, além de moradias precárias. A obra parte justamente do lugar de reconhecimento sobre todos esses abusos e evolui para a mudança de postura das gerações que se distanciam um pouco das cativas, empenhando-se em compreender o contexto de exploração vivido por seus pais, avós e outros ancestrais.

Essa existência vigiada e constituída de abusos e ausência de direitos básicos é uma realidade das personagens dessa ficção, mas também uma realidade de parte da população em ambientes rurais e, com outra roupagem, também em ambientes urbanos.

Todas as passagens aqui apresentadas demonstram como o trabalho de Itamar Vieira Junior, tanto em sua obra *Torto Arado* como em outras publicações, torna-se uma ferramenta de denúncia da atualidade do trabalho escravo, pois, segundo o escritor, o adjetivo “análogo” é nada mais que um eufemismo que serve apenas para suavizar uma situação de escravidão (Vieira Junior, 2023).

Por outro lado, o autor valoriza os saberes e tecnologias da população rural, sua forma de lidar com o ambiente e o seu saber orgânico (Santos, 2019, p. 7), sua religiosidade pautada nos saberes ancestrais afro-indígenas, e ironiza como os colonizadores e oligarcas se beneficiaram desse saber, apesar de o considerarem inferior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra *Torto Arado*, de Itamar Vieira Junior, aborda, pois, a urgência de se reconhecer a exploração do trabalhador rural frente às suas lutas contra a oligarquia que ainda domina o interior do Brasil. Nesse sentido, recria o universo cultural dos personagens quilombolas, a fim de desenvolver uma perspectiva de reconhecimento identitário e de postura de resistência desse povo, valorizando sua riqueza cultural e sua força contracolonizadora, que se apoia em sua cosmopercepção afro-ameríndia.

A obra parte justamente do lugar de reconhecimento sobre todos esses abusos e evolui para a mudança de postura das gerações que vão se empenhando em compreender o contexto de exploração vivido por seus ancestrais e que buscam resistir à opressão e à exploração dos padrões.

Importa ressaltar a importância que o romance atribui aos saberes orgânicos assumidos pelos personagens, à religiosidade e aos conhecimentos ancestrais, formas de construir a identidade da comunidade de Água Negra, metáfora da resistência de um Brasil que acredita em formas diferentes de viver, formas que valorizam a confluência, que rompem com o materialismo capitalista e que cultivam o respeito à natureza e aos mais velhos, como podemos constatar através da relação entre as irmãs Belonísia e Bibiana com a avó Donana.

O início do livro apresenta as duas personagens principais ainda na infância, ficando a maior parte do tempo acompanhadas por sua avó Donana, que já se encontrava

em idade avançada. Esse tipo de dinâmica entre geração neta e geração avó faz parte da cosmopercepção afro-ameríndia, descrita por Nego Bispo, tida como fator importante na formação da geração mais jovem, pois os pais saem para plantar e colher e as crianças ficam, durante parte de sua infância, com as figuras mais velhas de sua família ou da comunidade e com elas aprendem sobre a vida e sobre a visão de mundo do seu povo, algo que é desvalorizado ou descaracterizado no mundo colonizado, que, segundo Bispo, coloca a geração neta na creche e a geração avó no asilo (Bispo, 2020).

Além disso, podemos ainda encontrar no romance os traços distintivos da literatura afro-brasileira, apontados por Conceição Evaristo (2007), como a afirmação de um pertencimento étnico, a busca e a valorização de uma ancestralidade africana, a intenção de se construir um contradiscurso literário a uma literatura que estereotipa o negro, a cobrança da reescrita da história brasileira no que tange à saga dos africanos e seus descendentes no Brasil e a enfática denúncia contra o racismo e as injustiças sociais que pesam sobre a população negra na sociedade brasileira.

Torto Arado representa, certamente, essa literatura afro-brasileira de resistência, criando personagens que abandonam a postura de subalternidade e se desenvolvem subjetiva e politicamente, reconhecendo-se como quilombolas, enfrentando os conflitos territoriais que ameaçam sua continuidade no espaço onde vivem e trabalham e trazendo aos leitores novas formas de ver e sentir a realidade brasileira.

REFERÊNCIAS

BANAGGIA, G. Conexões afroindígenas no jarê da Chapada Diamantina. **Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 9, n. 2, p. 123–133, 2017. Disponível em: <https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/206>. Acesso em: 16 out. 2025.

BRASIL. **Lei n. 10.803, de 11 de dezembro de 2003**. Altera o art. 149 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.803.htm. Acesso em: 14 mar. 2025.

COSTA, Patrícia Trindade Maranhão. **Combatendo o trabalho escravo contemporâneo: o exemplo do Brasil**. Brasília: Escritório da OIT no Brasil, 2010. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_227300.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

EVARISTO, Conceição. Entrevista. In: PEREIRA, E. de A. (org.). **Malungos na escola:** questões sobre culturas afrodescendentes e educação. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 277–287.

JÚNIOR, Itamar Vieira. **Torto arado**. São Paulo: Todavia, 2024.

JÚNIOR, Itamar Vieira. **Salvar o fogo**. São Paulo: Todavia, 2023.

JÚNIOR, Itamar Vieira. Diálogos com o Supremo: arando o passado, colhendo o presente. Entrevista. **YouTube**, 26 jun. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_0ala2IY60. Acesso em: 2 nov. 2025.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: UBU Editora, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Das confluências, cosmologias e contra-colonizações: uma conversa com Nego Bispo. **Revista EntreRios**, v. 2, n. 1, p. 73–74. Disponível em: https://www.academia.edu/57499742/Das_conflu%C3%A7%C3%A3es_cosmologias_e_contra_coloniza%C3%A7%C3%B5es_Uma_conversa_com_Nego_Bispo. Acesso em: 16 nov. 2025.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Nego Bispo questiona, em carta ao Fórum Social Mundial, valores da civilização. **Observatório da Sociedade Civil**, 7 out. 2020. Disponível em: <https://observatoriosc.org.br/nego-bispo-questiona-em-carta-ao-forum-social-mundial-valores-da-civilizacao/>. Acesso em: 2 nov. 2025.

Acesso geral: <https://ojs.uva.br/index.php/revista-aquila>

Licença Copyleft: Atribuição-Uso não Comercial-Vedada a Criação de Obras Derivadas

